

## **EDUCAÇÃO EM DEVIR: a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**

**Jefferson Araujo da Silva**

Graduando em Educação Física pela(UFPE/CAV).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9815-8937>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2612941695036277>

E-mail: [academicojeff@gmail.com](mailto:academicojeff@gmail.com)

**Ana Gabrielly Gomes da Silva**

Graduanda em Ciências Biológicas pela UFPE/CAV.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7312-7961>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0241630507088574>

E-mail: [anagomes.silva@ufpe.br](mailto:anagomes.silva@ufpe.br)

### **Introdução**

O título "Educação em Devir: A Formação do Sujeito entre Fluxos Subjetivos e Normas Institucionais" reflete a complexidade da constituição do sujeito no contexto educacional, concebendo a educação como um processo dinâmico e permanentemente inacabado. A resenha explora a fluidez identitária frente às estruturas normativas da escola, enfatizando a tensão entre autonomia e controle. O conceito de *devir*, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1980) na obra Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, assume papel central na análise: mais do que um desenvolvimento linear ou predeterminado, trata-se de um movimento incessante, aberto e imprevisível, no qual a identidade não se fixa, mas se engendra a partir da interação entre fluxos subjetivos e imposições sociais.

Essa perspectiva rompe com a lógica tradicional da formação pautada em trajetórias estáveis e objetivos finais. A subjetividade é compreendida como processo, resultado de uma multiplicidade de forças que simultaneamente conformam e desestabilizam o indivíduo. A normatividade institucional, nesse sentido, não é vista como estrutura imutável, mas como campo de disputas que tanto limita quanto propicia linhas de fuga e reinvenções do ser. A formação humana, assim, emerge como um acontecimento, uma tessitura contínua de recomposições e atravessamentos, em que o sujeito é menos uma identidade definida e mais uma potência de transformação.

Neste contexto, a resenha propõe refletir sobre como as instituições educacionais, ao estabelecerem normas e controles, interagem com esse devir do sujeito. As normas, por um

**EDUCAÇÃO EM DEVIR:**  
**a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**  
*Jefferson Araujo da Silva*  
*Ana Gabrielly Gomes da Silva*

lado, buscam estabilizar e uniformizar, enquanto o sujeito resiste a essa normatização, apresentando possibilidades de ruptura e de criação. A educação, portanto, não pode ser vista apenas como um processo de conformação, mas como um campo em que os sujeitos, ao interagir com os fluxos institucionais, podem se reconfigurar, desafiando as limitações impostas pelas estruturas educativas.

A análise, ao trazer o conceito de Deleuze para o debate educacional, abre caminho para uma nova compreensão da formação do sujeito, que não se dá por meio de uma adaptação passiva às normas, mas por uma interação criativa e transformadora com essas mesmas normas. O sujeito, entendido como um ser sem estruturas fixas, está sempre em movimento, sempre em processo, configurando-se e reconfigurando-se a partir das múltiplas possibilidades que a educação pode oferecer.

### **A Escola como Máquina de Captura: Entre a Disciplinarização e o Desejo Rizomático**

A escola, como instituição moderna, configura-se historicamente como um dispositivo de conformação subjetiva, moldado por uma lógica disciplinar que estrutura o tempo, o espaço, os saberes e os corpos. Foucault (1977), ao explorar os regimes de vigilância e controle, a escola surge como uma instituição integrante de um sistema que abrange também as prisões, fábricas e hospitais — todos regulados por normas, rotinas e hierarquias. A educação formal, nesse contexto, opera como um aparelho biopolítico que produz e regula subjetividades. Essa lógica disciplinar conforma uma organização arborescente do saber, onde o conhecimento é segmentado, linear e hierarquizado, restringindo os modos de pensar e de existir aos parâmetros legitimados pelo discurso hegemônico.

No entanto, essa estrutura encontra resistências internas e externas, expressas por fluxos que escorrem pelas fissuras do sistema e anunciam o que Deleuze e Guattari chamam de “devir rizomático”. No entanto, essa estrutura encontra resistências internas e externas, expressas por fluxos que escorrem pelas fissuras do sistema e anunciam o que Deleuze e Guattari chamam de 'devir rizomático'. O rizoma, em sua potência conceitual, opõe-se à centralização do saber e à reprodução de formas fixas de subjetividade.

Como afirmam Deleuze e Guattari (1995, p.73), 'não existe sujeito, mas somente agenciamentos coletivos de enunciação, sendo a subjetivação apenas um dentre eles'. Essa perspectiva desconstrói a ideia de uma identidade fixa, mostrando que a formação do sujeito na educação é atravessada por fluxos dinâmicos, tensionados entre as normas institucionais e os processos de subjetivação contínuos.

**EDUCAÇÃO EM DEVIR:  
a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**

*Jefferson Araujo da Silva  
Ana Gabrielly Gomes da Silva*

Ele se constitui por conexões múltiplas, não hierárquicas, horizontais e contingentes, que desafiam a lógica do Uno e instauram a multiplicidade como forma de existência e conhecimento. Na educação, esse movimento rizomático se manifesta em práticas pedagógicas periféricas, insurgentes e muitas vezes invisibilizadas, que operam como linhas de fuga à racionalidade dominante. São exemplos as pedagogias decoloniais, as práticas educativas em territórios quilombolas e indígenas, os saberes produzidos nas periferias urbanas — formas de ensinar e aprender que não se submetem inteiramente às codificações do currículo oficial.

A implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, emerge como tentativa institucional de abertura ao rizoma. Trata-se de uma medida que, ao reconhecer a centralidade de saberes historicamente silenciados, introduz uma dissonância no currículo tradicional. No entanto, sua efetivação ocorre em meio a uma lógica estruturalmente normatizada e resistiva à diferença. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com sua organização em competências e habilidades, opera como uma máquina de captura que tenta conter o devir do saber dentro de molduras previamente estabelecidas. A padronização curricular se torna, assim, um instrumento de homogeneização das experiências escolares, anulando a potência criadora da diversidade e reiterando a supremacia de uma epistemologia eurocêntrica.

Nesse cenário, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aparece como dispositivo emblemático do processo de subjetivação escolar. Sua função não se limita à aferição de conhecimentos, mas se estende à imposição de uma linguagem, de um estilo de argumentação e de um corpo de referências que definem o que pode ou não ser considerado saber legítimo. A redação do ENEM, em especial, evidencia esse processo, ao exigir uma norma culta padronizada, uma estrutura dissertativa clássica e uma coesão argumentativa que desconsidera formas alternativas de produção de sentido. Expressões de oralidade regional, construções linguísticas próprias de comunidades populares e modos narrativos ancestrais — como os encontrados nas culturas amazônicas, afrodescendentes ou sertanejas — são sistematicamente marginalizados ou desqualificados.

O ENEM, nesse contexto, torna-se um vetor de violência simbólica, nos termos de Pierre Bourdieu (2007). Ele funciona como um mecanismo de exclusão camuflado sob o discurso da meritocracia, ao exigir que sujeitos com trajetórias educacionais desiguais e realidades socioculturais heterogêneas se submetam a um mesmo regime avaliativo. Tal operação tende a reforçar desigualdades preexistentes, transformando o exame em um instrumento de distinção social e racial. Aqueles que não dominam a linguagem do “centro”

**EDUCAÇÃO EM DEVIR:**  
**a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**  
*Jefferson Araujo da Silva*  
*Ana Gabrielly Gomes da Silva*

são penalizados, não apenas na nota, mas no reconhecimento de sua própria capacidade de pensar, expressar-se e existir no espaço público. A escola, nesse sentido, deixa de ser um espaço de emancipação e torna-se um aparelho de captura do desejo, onde o devir rizomático é neutralizado por meio da padronização técnica, da homogeneização discursiva e da normatização curricular.

Entretanto, apesar das tentativas de contenção, o desejo rizomático persiste e se reinventa nas frestas do sistema. Práticas pedagógicas que valorizam saberes comunitários, que incorporam expressões artísticas populares, que abrem espaço para a escuta das narrativas plurais dos sujeitos — todas essas formas de resistência pedagógica atuam como brechas no corpo disciplinar da escola. São micro-revoluções que instauram zonas de indisciplina produtiva, nas quais o conhecimento se torna experiência e a aprendizagem, um processo de invenção de si. O enfrentamento entre a lógica da disciplinarização e a pulsão rizomática do devir, portanto, revela o campo de tensões no qual se move a educação brasileira contemporânea. Mais do que dicotomia, trata-se de uma batalha simbólica em que o futuro da escola como espaço de liberdade ou como instrumento de controle está constantemente em disputa.

Nesse embate, a pergunta fundamental que se coloca é: que escola queremos? Uma instituição voltada para a produção de corpos dóceis, aptos a reproduzir a ordem social vigente? Ou um espaço aberto à diferença, ao múltiplo, ao inusitado — uma escola menor, nos termos deleuzianos, que se constitua como campo de experimentação contínua, onde o aprender não seja a reprodução do já sabido, mas a criação de novas formas de vida? A resposta a essa pergunta exige não apenas reformas curriculares pontuais, mas uma ruptura epistemológica profunda, capaz de deslocar os fundamentos da educação formal e abrir caminho para a emergência de uma pedagogia do devir.

### **Biopolítica Educacional e o Neoliberalismo Algorítmico: Dados, Controle e Subjetivação**

A escola contemporânea, atravessada pelas transformações do capitalismo cognitivo e pelas reconfigurações tecnológicas do poder, encontra-se profundamente imbricada em um novo regime de governamentalidade. Diferente da lógica disciplinar clássica, baseada na visibilidade e na coerção direta, o controle atual opera por meio de processos invisíveis, automatizados e contínuos — o que se pode denominar, em analogia ao panoptismo foucaultiano, como um panóptico 4.0. Trata-se de uma maquinaria algorítmica que extrai, analisa e interpreta dados educacionais em tempo real, convertendo práticas pedagógicas,

**EDUCAÇÃO EM DEVIR:**  
**a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**  
*Jefferson Araujo da Silva*  
*Ana Gabrielly Gomes da Silva*

desempenhos escolares e trajetórias individuais em métricas de eficiência. Nesse novo paradigma, a educação não é apenas atravessada por tecnologias, mas se torna tecnologia em si — uma biotecnologia de produção de subjetividades.

Plataformas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) assumem centralidade nesse modelo, funcionando como aparatos de governo que operam à maneira da biopolítica foucaultiana. Esses dispositivos não apenas medem a educação, mas a modelam. Criam um campo de visibilidade que transforma estudantes, professores e instituições em unidades quantificáveis, comparáveis e, sobretudo, governáveis. Como argumenta Stephen Ball (2016), a performatividade se torna um regime discursivo no qual as escolas são compelidas a apresentar evidências de “qualidade” por meio de indicadores previamente estabelecidos, deslocando a atenção da formação humana para a maximização de resultados.

A subjetividade docente, nesse contexto, é capturada por um ethos gerencialista que transforma o educador em gestor de metas, resultados e evidências. Já os estudantes, transformados em representações digitais, perdem sua densidade existencial e passam a existir como perfis estatísticos, curvas de desempenho, históricos de acesso e mapas de competências. O sujeito educacional é, então, reconfigurado como uma entidade calculável, rastreável e otimizável — uma forma de vida neoliberal moldada pelo imperativo da autoeficácia e da competitividade. O saber, reduzido à noção de “competência”, perde sua potência crítica e se converte em capital simbólico pronto para ser instrumentalizado no mercado de trabalho.

Essa reconfiguração atinge também a universidade pública, que, ao ser interpelada por programas como o Future-se, é pressionada a se alinhar aos princípios da racionalidade neoliberal. Tal programa, ao propor o financiamento privado e a lógica de produtividade científica mercadológica, implica uma redefinição da missão universitária. A produção do conhecimento deixa de responder às necessidades sociais e ao imperativo ético-político da crítica para se adequar às demandas de inovação e empreendedorismo. A universidade torna-se, então, um polo de produção de capital humano, em detrimento de seu papel como espaço de pensamento radical, investigação autônoma e contestação social. Essa inflexão é sintomática do esvaziamento da função pública da educação superior e da reconfiguração do espaço acadêmico como ambiente empresarial.

O neoliberalismo algorítmico, ao invadir os territórios educacionais, não opera apenas como um modelo econômico, mas como uma racionalidade totalizante que estrutura afetos, práticas e visões de mundo. A educação se transforma em campo de atuação de uma nova forma

**EDUCAÇÃO EM DEVIR:**  
**a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**  
*Jefferson Araujo da Silva*  
*Ana Gabrielly Gomes da Silva*

de biopoder, onde o controle não é imposto de fora, mas introjetado pelos próprios sujeitos. Trata-se da constituição do que Byung-Chul Han (2015) denomina “sujeito de desempenho”, um indivíduo que acredita ser livre, mas que se submete voluntariamente aos imperativos da produtividade, da inovação constante e da autoexploração. Na escola algorítmica, o estudante não é apenas treinado para responder às demandas do mercado: ele é educado para desejar essas demandas.

Dessa forma, a escola deixa de ser concebida como espaço de formação integral, plural e dialógica, para se configurar como campo privilegiado da biopolítica contemporânea. Nela, o saber é despojado de sua capacidade de contestação, e o sujeito é esvaziado de suas singularidades, tornando-se função de um sistema tecnocrático que valoriza a previsibilidade, o desempenho e a utilidade. A relação pedagógica, que deveria ser um encontro entre alteridades em busca da construção compartilhada do conhecimento, é substituída por interações mediadas por plataformas, scripts avaliativos e indicadores de eficiência.

Apesar desse cenário distópico, é preciso ressaltar que resistências ainda persistem. Há fissuras nesse aparato algorítmico por onde o pensamento crítico pode emergir. Iniciativas pedagógicas que descolonizam os saberes, metodologias que subvertem as lógicas avaliativas hegemônicas, currículos que acolhem a diversidade epistêmica e afetiva — todas essas formas de insurgência educativa configuram movimentos ético-políticos de reapropriação do saber como bem comum. Tais práticas não negam a tecnologia, mas a reinscrevem em uma outra lógica, em que o digital pode ser instrumento de libertação e não apenas de vigilância.

Portanto, pensar a biopolítica educacional em tempos de neoliberalismo algorítmico é mais do que uma análise crítica das plataformas e indicadores: é um convite a repensar os fundamentos da educação. Significa resgatar a centralidade da experiência, da crítica, da escuta e da alteridade como princípios pedagógicos. E sobretudo, implica a defesa intransigente da escola como espaço de invenção da liberdade, e não de sua captura silenciosa.

### **Linhas de Fuga e a Construção de uma Educação Menor: Resistência, Criação e Emancipação**

Ao abordar as brechas e desvios que emergem no interior da escola contemporânea, evidencia-se a potência das microrresistências enquanto práticas de subversão e reinvenção pedagógica. Essas linhas de fuga, ao desafiar a lógica dominante, instauram espaços de criação que desestabilizam a rigidez curricular e a padronização do saber, abrindo caminho para a construção de uma educação menor — conceito inspirado na filosofia de Deleuze e Guattari

**EDUCAÇÃO EM DEVIR:**  
**a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**  
*Jefferson Araujo da Silva*  
*Ana Gabrielly Gomes da Silva*

(1980), que se refere a processos educativos marginais, heterogêneos e desvinculados de hierarquias fixas. Nessas práticas insurgentes, a escola deixa de ser mero aparato de reprodução cultural para se tornar um campo de experimentação, onde multiplicidades e subjetividades podem emergir de forma legítima e emancipatória.

As ocupações estudantis de 2016 configuram um exemplo emblemático desse movimento de resistência. Ao tomarem as escolas e universidades, estudantes subverteram a ordem disciplinar tradicional e instauraram espaços de autogestão, nos quais a horizontalidade, a coletividade e a democracia direta se tornaram princípios organizativos. Esse movimento evidenciou não apenas a crítica às políticas de austeridade e precarização da educação, mas também uma profunda reconfiguração das relações de poder no ambiente escolar. O espaço institucional, tradicionalmente marcado por hierarquias rígidas entre docentes e discentes, foi transformado em um território de construção coletiva de conhecimento, pautado por assembleias, debates e vivências que problematizaram questões de raça, gênero, classe e território. A escola, nesse contexto, revelou-se enquanto espaço de devir, onde novas formas de existir e aprender puderam ser experimentadas, rompendo com a homogeneização promovida pelo aparato estatal.

Essas linhas de fuga não se limitam, contudo, a grandes mobilizações, mas se manifestam também em práticas cotidianas que, embora aparentemente pequenas, possuem alto potencial disruptivo. A reinterpretação de textos clássicos por meio do funk ou a recriação de conteúdos curriculares em plataformas como TikTok evidenciam um movimento de ressignificação cultural que valoriza saberes periféricos e linguagens populares, tradicionalmente marginalizados no espaço escolar. Nesse sentido, ao incorporar elementos da cultura de massa e da oralidade local, tais práticas rompem com a lógica eurocêntrica e elitista que estrutura o currículo, permitindo que estudantes se reconheçam enquanto produtores de conhecimento e agentes de transformação de suas realidades.

A utilização de tecnologias digitais de maneira crítica e criativa também se destaca como ferramenta de resistência. Em vez de reproduzir os mecanismos de controle algorítmico discutidos anteriormente, plataformas como TikTok e Instagram são apropriadas para potencializar vozes subalternizadas, promover debates e construir narrativas que escapam ao controle institucional. Essas práticas configuram o que Deleuze e Guattari chamariam de desterritorialização — um processo de deslocamento que subverte territórios rígidos de saber e abre espaço para novas conexões, afetos e subjetividades.

**EDUCAÇÃO EM DE VIR:**  
**a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**  
*Jefferson Araujo da Silva*  
*Ana Gabrielly Gomes da Silva*

Experiências como as desenvolvidas em Escolas Municipais de Educação Integral (EMEIIs), com projetos interdisciplinares e metodologias ativas, também exemplificam a construção de uma educação menor. Ao privilegiar a interdisciplinaridade, a escuta sensível e a valorização das experiências dos estudantes, essas iniciativas promovem uma ruptura com a lógica de compartimentalização do conhecimento e fomentam um ambiente de aprendizagem que acolhe a pluralidade cultural e afetiva dos sujeitos. Trata-se de práticas que, mesmo inseridas em um sistema ainda marcado pela normatização, operam nas frestas desse sistema, instaurando linhas de fuga que possibilitam a emergência de novos modos de ensinar e aprender.

Essas microrresistências, embora localizadas e por vezes invisibilizadas, possuem um caráter profundamente político. Ao desafiar a lógica de homogeneização e controle, instauram fissuras no aparato educacional que permitem a construção de uma escola mais democrática, plural e emancipadora. Além disso, evidenciam a necessidade de repensar o papel da educação enquanto prática libertadora, que não apenas reconhece, mas potencializa as multiplicidades culturais, epistemológicas e afetivas presentes na sociedade brasileira.

Portanto, a construção de uma educação menor implica reconhecer a potência do devir — um movimento contínuo de criação e transformação que se opõe à rigidez das estruturas disciplinares. Significa abrir espaço para a experimentação, para a escuta das vozes marginalizadas e para a valorização de saberes situados, construindo uma escola que não apenas acolhe, mas celebra as diferenças. Uma escola que, em vez de reproduzir a lógica de captura e mercantilização do saber, se comprometa com a emancipação dos sujeitos e com a construção de um mundo mais justo e plural.

## **Referência**

BALL, Stephen. **Performativity and the performative in education**. 1. ed. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Maria Teresa de Queiroz. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Versão final. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf). Acesso em: 25 abr. 2025.



**EDUCAÇÃO EM DEVIR:  
a formação do sujeito entre fluxos subjetivos e normas institucionais**

*Jefferson Araujo da Silva  
Ana Gabrielly Gomes da Silva*

BRASIL. Ministério da Educação. **Future-se**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>. Acesso em: 26 abr. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Tradução de Sergio Tellaroli. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). 2025**. Disponível em: <http://enem.inep.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. 2025.